

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E FORMAÇÃO POLÍTICA NO ENSINO MÉDIO: A ATITUDE HISTORIADORA COMO CAMINHO PARA A CIDADANIA CRÍTICA

Maria Luciene Andrade Silva¹
Paulo José Souza Carthagenes de Moraes²

RESUMO

A presente pesquisa, em desenvolvimento, surgiu da inquietação de docentes de uma escola pública de Ensino Médio da zona norte do Recife-PE, diante da percepção de que os estudantes apresentam baixa apropriação de conceitos essenciais para a compreensão política da realidade. O objetivo da pesquisa é investigar como o ensino de História pode colaborar para a formação de uma consciência política crítica entre os estudantes, especialmente em contextos marcados pela vulnerabilidade social. Na etapa inicial da pesquisa, foram aplicados questionários exploratórios a estudantes do 3º ano do Ensino Médio, com o intuito de mapear suas percepções sobre a disciplina de História e seus entendimentos sobre conceitos como esquerda, direita, democracia, comunismo e negacionismo. Os dados preliminares apontam um profundo desconhecimento desses conceitos, evidenciando a urgência de práticas pedagógicas que promovam articulação entre teoria crítica, realidade concreta e emancipação política. A pesquisa possui abordagem qualitativa, natureza aplicada e caráter participativo, fundamentando-se no método da pesquisa-ação. Teoricamente, está ancorada na pedagogia crítica de Freire (1993) que afirma que toda prática educativa é política e no conceito de “atitude historiadora”, conforme proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Espera-se, ao fim do processo, contribuir com a elaboração de práticas educativas que tornem o ensino de História mais relevante para a formação de sujeitos críticos e atuantes.

Palavras-chave: Ensino de História; Consciência Política; Atitude Historiadora; Paulo Freire, Educação Crítica.

INTRODUÇÃO

O ensino de História ocupa papel central na formação da consciência crítica e cidadã, ao proporcionar aos estudantes ferramentas para compreender os processos sociais, políticos e culturais que estruturam a sociedade. Em contextos de vulnerabilidade social, como aqueles vivenciados por estudantes da rede pública da zona norte do Recife, observa-se uma lacuna significativa na apropriação de conceitos

¹ Mestre em Educação-UPE, Especialista em Ensino de História-UFRPE, professora de Educação Básica da Rede Estadual de Pernambuco, maluandrade3@hotmail.com;

² Especialista em Ensino de História-UFRPE, professor de Educação Básica da Rede Estadual de Pernambuco, carthagenespaulo@gmail.com



essenciais para a compreensão política da realidade, tais como “direita”, “esquerda”, “democracia”, “comunismo” e “negacionismo”. Esses déficits conceituais indicam a influência de discursos midiáticos simplificadores e a ausência de práticas pedagógicas críticas e reflexivas.

Diante desse cenário, a pesquisa apresentada surge da necessidade de investigar como o ensino de História pode colaborar para a formação de uma consciência política crítica, promovendo a leitura contextualizada do passado e sua articulação com problemas contemporâneos. A escolha de trabalhar com a perspectiva da “atitude historiadora”, conforme proposta por Jörn Rüsen (2001, 2007, 2015), alia-se à pedagogia crítica de Paulo Freire (1993), estabelecendo um diálogo entre a reflexão ética, a ação social e a formação intelectual. O conceito de atitude historiadora reforça a importância de o estudante compreender o passado de forma crítica, reconhecendo continuidades e rupturas, relacionando fatos históricos com a realidade presente e projetando ações conscientes para o futuro.

A pesquisa, de caráter qualitativo e aplicado, desenvolve-se em uma Escola de Referência em Ensino Médio (EREM), de tempo integral, localizada na zona norte do Recife, com estudantes do 3º ano. O foco está na identificação das percepções dos alunos e professores sobre o ensino de História e a compreensão de conceitos políticos fundamentais, bem como na proposição de estratégias pedagógicas capazes de fortalecer a reflexão crítica e a cidadania. A metodologia adotada é a pesquisa-ação, fundamentada em Thiollent (2011), Tripp (2005), Franco (2015) e Barbier (2002), que permite integrar planejamento, ação, observação e reflexão de forma cíclica, envolvendo professores e alunos como co-pesquisadores e agentes de transformação da prática educativa.

O estudo se justifica pela urgência de ampliar a formação política e histórica dos estudantes, contribuindo para a construção de sujeitos críticos, capazes de interpretar e intervir no mundo de forma ética e informada. A delimitação do problema se concentra na constatação de que os alunos apresentam dificuldades em compreender conceitos políticos fundamentais e em relacioná-los com acontecimentos históricos e desafios contemporâneos. Essa situação evidencia a necessidade de práticas pedagógicas mais engajadoras, críticas e articuladas à realidade social dos estudantes.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é investigar como o ensino de História pode favorecer a formação de uma consciência política crítica entre estudantes do Ensino Médio, articulando teoria, prática e reflexão ética. Os objetivos específicos incluem: (1) identificar o nível de compreensão dos estudantes sobre conceitos políticos



e históricos fundamentais; (2) implementar estratégias pedagógicas baseadas na atitude historiadora e na pesquisa-ação; (3) analisar o impacto dessas práticas na apropriação conceitual, na argumentação e no engajamento dos estudantes; e (4) consolidar subsídios para o desenvolvimento de propostas educativas que promovam a cidadania crítica e a reflexão histórica.

Assim, o ensino de História, quando integrado à perspectiva da atitude historiadora e à pedagogia crítica de Freire, não se limita ao estudo cronológico de fatos, mas se constitui como uma prática educativa formativa, capaz de promover autonomia intelectual, engajamento social e pensamento crítico. Essa abordagem busca articular o conhecimento histórico com a ética e a cidadania, contribuindo para a construção de sujeitos capazes de compreender as complexidades do mundo contemporâneo e atuar de forma transformadora em sua realidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de atitude historiadora é um elemento central para a formação da consciência histórica e para o desenvolvimento de uma postura crítica diante da realidade social. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), o ensino de História deve promover a análise, a interpretação e a problematização das fontes, estimulando o estudante a compreender o passado em sua relação dinâmica com o presente e o futuro. A BNCC enfatiza que aprender História não se restringe à memorização de fatos e datas, mas envolve o exercício de competências que permitem ao aluno desenvolver o raciocínio histórico, a consciência temporal e a capacidade de argumentação, aspectos que constituem a base da atitude historiadora.

Conforme destaca Mauad (2018), a atitude historiadora corresponde à capacidade de olhar o passado em relação ao presente, reconhecendo continuidades e rupturas que nos situam no fluxo do tempo como sujeitos históricos. Essa postura implica um movimento reflexivo e crítico, em que o conhecimento histórico não é visto como um conjunto de verdades absolutas, mas como um campo de disputas de sentidos e interpretações. Nesse processo, o indivíduo é chamado a compreender como as narrativas históricas são construídas, quais são seus propósitos e de que forma influenciam a maneira como compreendemos o mundo contemporâneo.

Para Jörn Rüsen (2001; 2007), a consciência histórica se constitui como um processo narrativo e formativo que articula a experiência do passado com as



expectativas de futuro, orientando a ação no presente. A história, segundo o autor, “cumpre sua função quando orienta a vida prática dos homens, fornecendo critérios para decisões no presente” (RÜSEN, 2007, p. 45). Dessa forma, a atitude historiadora, ao estimular o pensamento histórico, contribui para o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual dos sujeitos, capacitando-os a agir de forma crítica e ética diante dos desafios sociais e políticos. Trata-se, portanto, de uma disposição cognitiva e ética que permite ao indivíduo interpretar o mundo a partir de uma compreensão temporalmente situada, reconhecendo as múltiplas perspectivas e narrativas que constituem a experiência humana.

A BNCC (2018) reafirma essa dimensão formativa ao definir as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que orientam os estudantes a desenvolver o pensamento crítico, a compreender as relações de tempo e espaço e a analisar as diversas narrativas sobre o passado. Ainda que o termo “atitude historiadora” não apareça explicitamente no documento do Ensino Médio, sua essência permeia as habilidades e competências propostas, especialmente quando se destaca que “aprender a indagar” é o ponto de partida para a reflexão crítica e para a construção de uma cidadania consciente. O ensino de História, assim, é entendido como um espaço de formação integral, no qual os estudantes são convidados a problematizar, questionar e reconstruir as interpretações sobre o mundo.

Ao dialogar com a pedagogia crítica de Paulo Freire, a atitude historiadora ganha uma dimensão política e emancipatória. Para Freire (1993), ensinar é um ato político, pois implica em promover a autonomia do pensamento e a libertação do sujeito das formas de opressão simbólica e ideológica. O processo educativo deve, portanto, instigar o estudante a compreender criticamente a realidade e a transformá-la, superando a educação bancária e assumindo uma postura dialógica e problematizadora. Nesse sentido, a atitude historiadora, enquanto prática pedagógica, concretiza o ideal freireano de uma educação libertadora: ela estimula o diálogo, a reflexão e a ação transformadora, possibilitando que o estudante se reconheça como sujeito histórico e agente de mudança.

Dessa maneira, o ensino de História, quando articulado à BNCC e à teoria da consciência histórica de Rüsen, ultrapassa o estudo linear e cronológico dos fatos para se constituir como um processo formativo e emancipador, que valoriza a argumentação, a autonomia intelectual e o engajamento social. O estudante, ao adotar uma atitude historiadora, torna-se capaz de compreender as contradições do mundo contemporâneo,



identificar permanências e rupturas históricas e intervir eticamente na realidade. Essa perspectiva reforça o compromisso da educação histórica com a formação da cidadania crítica, conforme defendem Freire (1993) e Rüsen (2001), para quem o conhecimento histórico deve orientar o agir humano e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e consciente de sua historicidade.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma pesquisa-ação, fundamentada em Thiollent (2011), Tripp (2005), Franco (2015) e Barbier (2002). Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender e transformar a realidade educativa a partir da participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo investigativo. Trata-se, portanto, de uma metodologia que se ancora na práxis, articulando teoria e prática em um movimento contínuo de reflexão e ação, no qual os sujeitos são, simultaneamente, pesquisadores e participantes **do processo**.

De acordo com Thiollent (2011), a pesquisa-ação é uma modalidade investigativa que visa não apenas compreender um fenômeno social, mas também intervir de forma colaborativa em seu contexto, buscando promover transformações significativas nas práticas observadas. O autor ressalta que, nessa perspectiva, o conhecimento é produzido em diálogo com os sujeitos e não sobre eles, o que rompe com o paradigma tradicional da pesquisa distanciada e objetiva.

Tripp (2005) complementa essa compreensão ao afirmar que a pesquisa-ação se constitui como uma prática reflexiva e sistemática, cujo objetivo é aperfeiçoar o trabalho educativo a partir da análise das ações realizadas. Para o autor, cada ciclo da pesquisa-ação envolve as etapas de planejamento, ação, observação e reflexão, que se sucedem de maneira dinâmica, permitindo o aprimoramento progressivo das práticas pedagógicas. Assim, a teoria não é um ponto de partida fixo, mas um elemento que se constrói e reconstrói continuamente na experiência.

Nesse mesmo sentido, Kemmis e McTaggart (1988) concebem a pesquisa-ação como um processo espiralado, em que cada ciclo contém quatro momentos essenciais: (1) o planejamento, que define os objetivos e as ações a serem implementadas; (2) a ação, que coloca o plano em prática; (3) a observação, que busca compreender o que ocorre durante a implementação; e (4) a reflexão, que analisa criticamente os resultados obtidos, ajustando o planejamento e dando início a um novo ciclo. Essa espiral de



aprendizagem permite que os sujeitos envolvidos reinterpretem continuamente suas práticas, construindo saberes a partir da experiência concreta.

Franco (2015) amplia essa discussão ao destacar o caráter formativo e emancipador da pesquisa-ação. Segundo a autora, ela se constitui como um processo de formação docente, pois envolve o professor como sujeito ativo, investigador e autor de sua própria prática. Nesse contexto, a investigação torna-se uma oportunidade de reconstrução da identidade profissional e de fortalecimento da autonomia pedagógica.

Já Barbier (2002) reforça a dimensão ético-política da pesquisa-ação, compreendendo-a como um “processo de implicação” do pesquisador na realidade investigada. Para o autor, a pesquisa-ação é um método existencial, que se inscreve na vida concreta dos sujeitos e busca o “sentido humano da ação”. Ela não se limita à observação e descrição de fenômenos, mas propõe uma transformação dialógica **dos** contextos educativos, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência crítica e coletiva. Dessa forma, a pesquisa-ação se mostra especialmente adequada aos estudos em educação, por integrar reflexão, compromisso e transformação social.

O campo empírico da investigação foi uma Escola de Referência em Ensino Médio (EREM), de tempo integral, situada na zona norte do Recife. O público participante incluiu professores e estudantes do 3º ano do ensino médio, com os quais foram aplicados questionários abertos, buscando compreender as percepções sobre o ensino de História e sobre a formação política dos jovens. As perguntas abordaram temas como a compreensão dos conceitos de esquerda e direita, a leitura crítica da história nacional e a relação entre o ensino de História e a cidadania.

A análise dos dados coletados foi conduzida a partir do método de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), que permite a identificação de categorias temáticas e de significados recorrentes nas respostas. Esse tipo de análise possibilitou compreender não apenas o conteúdo explícito das falas, mas também os sentidos subjacentes às representações dos participantes, revelando as lacunas na formação histórica e política dos estudantes.

Com base nos resultados parciais obtidos, foi elaborada e implementada uma sequência didática interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de História, Sociologia e Língua Portuguesa, cujo foco foi o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência histórica. A proposta incluiu atividades de leitura de textos teóricos, debates orientados, análise de fontes históricas, produção de textos argumentativos e exercícios



de reflexão coletiva sobre os conceitos de democracia, cidadania e participação social. Essa etapa correspondeu à fase de ação e observação do ciclo da pesquisa-ação.

Após a aplicação das atividades, foram realizados momentos de reflexão **coletiva** entre os professores participantes, que avaliaram os resultados, discutiram as dificuldades encontradas e reformularam aspectos da prática, configurando a **etapa de** reflexão e replanejamento. Esse processo deu início a um novo ciclo de pesquisa-ação, confirmando o caráter espiralado e colaborativo da metodologia.

Até o presente momento, as etapas referentes às disciplinas de História e Sociologia foram concluídas. Segundo o relato do professor desses componentes curriculares, foi possível observar avanços significativos na compreensão conceitual dos estudantes e em seu nível de engajamento nas discussões. Entretanto, a etapa referente à Língua Portuguesa ainda não foi executada devido ao afastamento da professora responsável por motivos de saúde. A consolidação dos dados finais ocorrerá após a finalização de todas as etapas da sequência didática e da aplicação do segundo ciclo reflexivo com os docentes participantes.

A pesquisa, portanto, encontra-se em andamento, e sua relevância reside tanto na transformação das práticas pedagógicas quanto na produção de conhecimento sobre o ensino de História como instrumento de formação da cidadania crítica. Assim, ao integrar as perspectivas de Thiollent, Tripp, Franco e Barbier, esta investigação reafirma a pesquisa-ação como uma metodologia comprometida com a práxis educativa e com a emancipação dos sujeitos, evidenciando a potência da **atitude historiadora** como fundamento da formação docente e discente no contexto escolar.

RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

A análise inicial das respostas aos questionários aplicados a estudantes do 3º ano evidenciou lacunas conceituais significativas, principalmente em relação a noções fundamentais da política e da história, como “direita”, “esquerda” e “comunismo”. Tais dificuldades sugerem que a compreensão dos fenômenos sociais pelos alunos tem sido moldada por discursos midiáticos simplificadores, aliados à ausência de experiências educativas que promovam a reflexão crítica sobre processos históricos e políticos. Essa constatação corrobora a necessidade de intervenções pedagógicas que priorizem o desenvolvimento da consciência histórica e da cidadania crítica, como apontam Rüsen (2001, 2007) e Freire (1993).



As atividades implementadas nas disciplinas de História e Sociologia indicaram avanços perceptíveis na apropriação conceitual e no engajamento dos estudantes. Os professores relataram que os alunos passaram a demonstrar maior interesse, capacidade de argumentação e postura crítica diante de debates sobre questões políticas e sociais. A utilização da sequência didática interdisciplinar, pautada pela perspectiva da atitude historiadora, permitiu aos estudantes problematizarem diferentes versões históricas, identificar rupturas e continuidades no tempo e relacionar fatos do passado a eventos e dilemas contemporâneos. Esse movimento reflete o desenvolvimento da consciência histórica conforme definido por Rüsen, na medida em que os alunos aprenderam a articular o conhecimento histórico com a reflexão ética e social.

Além disso, observou-se um fortalecimento do protagonismo estudantil, evidenciado pelo engajamento em debates, produção textual e reflexões coletivas. A prática interdisciplinar contribuiu para a construção de uma compreensão mais ampla das relações entre história, política e cidadania, mostrando que o ensino de História, quando articulado a estratégias participativas, é capaz de ir além da memorização de fatos, incentivando os estudantes a desenvolverem habilidades de análise crítica e argumentação fundamentada.

Espera-se que, ao longo das próximas etapas da pesquisa — especialmente com a inclusão das atividades em Língua Portuguesa — os dados indiquem uma consolidação maior da interdisciplinaridade e do exercício da atitude historiadora. A integração de diferentes linguagens e formas de expressão, como textos argumentativos e debates, tem potencial para ampliar a compreensão conceitual e a capacidade dos estudantes de aplicar o conhecimento histórico na interpretação de fenômenos sociais e políticos contemporâneos.

Portanto, os resultados parciais confirmam o potencial transformador do ensino de História quando apoiado por fundamentos teóricos sólidos, como a atitude historiadora, e metodologias participativas e reflexivas, em consonância com os princípios do ensino crítico de Paulo Freire.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que o ensino de História, quando articulado a uma prática interdisciplinar, crítica e reflexiva, pode contribuir significativamente para a formação da consciência histórica e política dos estudantes. O conceito de atitude historiadora,



fundamentado em Rüsen (2001, 2007) e complementado pela perspectiva freireana de educação emancipatória (Freire, 1993), demonstra ser uma ferramenta metodológica capaz de integrar conhecimento, ética e ação, promovendo a autonomia intelectual e o engajamento social.

Embora os resultados ainda sejam parciais, os dados indicam avanços na compreensão conceitual, na capacidade de argumentação e no engajamento crítico dos alunos. A continuidade da pesquisa, com a aplicação da sequência didática de Língua Portuguesa e a consolidação dos dados finais, permitirá avaliar de forma mais ampla o impacto da interdisciplinaridade na consolidação da consciência histórica e da cidadania crítica.

A experiência desenvolvida reforça o papel da escola pública como espaço formativo de sujeitos críticos, reflexivos e participativos, alinhando-se ao ideal freireano de uma educação libertadora e transformadora. Além disso, evidencia que a implementação da atitude historiadora em sala de aula pode contribuir para **combater** discursos simplistas e negacionistas, capacitando os estudantes a compreenderem o passado como referência para agir de forma ética e informada no presente.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília: Liber Livro, 2002.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base*. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 4 out. 2025.
- FRANCO, M. A. *Pesquisa-ação e prática docente*. São Paulo: Cortez, 2015.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- KEMMIS, S.; McTAGGART, R. *The Action Research Planner*. Victoria: Deakin University, 1988.
- MAUAD, A. M. Usos do passado e atitude historiadora. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 25-45, 2018.
- GONTIJO, R. (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, práticas e diálogos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. p. 95–110.
- RÜSEN, J. *História viva: teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007.
- RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história – fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- RÜSEN, J. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2011.
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

